



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE 01(UM) DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).**

#### **01. DO PREÂMBULO**

Número de ordem	PROCESSO LICITATÓRIO Nº	51/2026
	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	07/2026
	EDITAL Nº	07/2026
	UASG	929730
	NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90007

A **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO, REFERENTE À CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE 01(UM) DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO)**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, por preço unitário.

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão, designadas como Pregoeiras pela Portaria nº 01/2026, de 06 de janeiro de 2026, serão





responsáveis pelo processamento e julgamento da presente licitação, contando com o devido suporte da equipe de apoio, também nomeada por meio do referido instrumento.

DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 24.621,32 (vinte e quatro mil e seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos).
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO	Em 08 de junho de 2026, às 09 horas – horário de Brasília.
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>  <a href="https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/">https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/</a>  <a href="https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34">https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34</a>
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO	<a href="mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br">licitacaoextrema@yahoo.com.br</a>
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL	<a href="mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br">licitacaoextrema@yahoo.com.br</a>
TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES	35 9 9776-2765.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço unitário





VALOR DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA	R\$ 50,00 (cinquenta reais).
MODE DE DISPUTA	Aberto
PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS	SIM
LOCAL DE ENTREGA	Sede da Câmara Municipal de Extrema: Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626. Bairro Ponte Nova. Extrema, MG.
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL	Em até no mínimo de duas horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema.
DA DATA DE ENTREGA	O objeto deverá ser entregue com a respectiva nota fiscal em conformidade com o indicado pela Administração na AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada. Prazo máximo da entrega: em até 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.
AMOSTRA	NÃO será exigida.





VIGÊNCIA	O CONTRATO terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. <b>A garantia ofertada não se extingue com o término do contrato.</b>
RENOVAÇÃO	Não será renovado.
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	Não se aplica.
VISITA TÉCNICA	A realização de visita técnica às dependências da Câmara Municipal de Extrema será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.
PONTO DE DESTAQUE	<b>Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.</b>
DIVERGÊNCIAS CATMAT/CATSERV	<b>Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.</b>

## 02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**2.1 Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de 01(um) detector de metais tipo portal (pórtico), com características técnicas mínimas obrigatórias consistindo em sistema de detecção com mínimo de 15 zonas





independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual, sensibilidade ajustável com múltiplos níveis de configuração, e colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado; alarmes e sinalização com alarme sonoro com volume ajustável e indicação visual e sonora simultânea de detecção; interface e controle com equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações, botão liga/desliga incorporado ao equipamento e sistema de controle e configuração acessível ao operador; monitoramento e gestão com contador de eventos integrado, com registro mínimo de acessos (passagens) e detecções (alarmes), além de interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45); alimentação e autonomia com alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz), devendo o equipamento possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia, com autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal; estrutura e dimensões com estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais, dimensões mínimas de largura de 84 cm, altura de 2,02 m e profundidade de 48,5 cm, e cor predominante preto ou cinza; acessórios e instalação com fornecimento de todos os acessórios necessários para fixação ao piso, fornecimento de manual do usuário em língua portuguesa, entrega do equipamento montado pela contratada, sendo a fixação definitiva e instalação elétrica de responsabilidade da contratante; equipamento novo, sem uso.

**2.2 Natureza do objeto:** O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, de natureza permanente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, sendo suas especificações usuais e amplamente comercializadas por diversos fornecedores.

**2.3 Do quantitativo e do valor global estimado:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	<p><b>Contratação Exclusiva de ME, EPP OU Equiparadas para fornecimento de um DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).</b> Características técnicas mínimas obrigatórias:</p> <p><b>Sistema de detecção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>• Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>• Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>• Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <p><b>Alarmes e sinalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>• Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <p><b>Interface e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>• Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>• Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul> <p><b>Monitoramento e gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ acessos (passagens);</li><li>◦ detecções (alarmes);</li></ul></li><li>• Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <p><b>Alimentação e autonomia</b></p>	01 (uma) peça	R\$ 24.621,32





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>• Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>• Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <p><b>Estrutura e dimensões</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Largura: 84 cm</li><li>◦ Altura: 2,02 m</li><li>◦ Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>• Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <p><b>Acessórios e instalação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>• Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>• O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>• A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> <p>Equipamento novo, sem uso</p>		
--	---	--	--

#### **2.4 Quantitativo estimado com distribuição prevista por Unidades Administrativas:**

Sustentação **Administrativa** e Operacional do Poder Legislativo: R\$ 24.621,32.

**2.5 Prazo do contrato:** Da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

**2.6** Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.





**2.7** A contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC**. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2.025 e também no ComprasGov: Linha 508.

**2.7 Regime de Execução:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, por entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

### **03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**03.01** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

**03.02** Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

**03.03 Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

**03.04 Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

**03.05 Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos







eletrônicos.

**03.06** No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

**03.07** Durante a **realização do presente Pregão Eletrônico**, o único meio hábil, legítimo e reconhecido para a comunicação entre os licitantes e a Administração Pública será exclusivamente por intermédio do sistema ComprasGov.br. Quaisquer mensagens, pedidos de esclarecimentos, ou manifestações enviadas durante a sessão do pregão eletrônico por outros meios, especialmente por e-mail não serão apreciadas, analisadas ou respondidas, não produzindo qualquer efeito jurídico ou valor peticionário. Esta regra visa assegurar o princípio da transparência, da isonomia e da segurança jurídica, garantindo que todas as comunicações ocorram de forma rastreável, pública e acessível a todos os interessados no certame.

**03.08** A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto é o pregão eletrônico, por se tratar de procedimento caracterizado pela agilidade, competitividade e transparência, especialmente adequado à aquisição de bens e serviços comuns, como no presente caso. O critério de julgamento adotado será o de menor preço unitário, visando assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante a análise do custo total da contratação. O modo de disputa será o aberto, possibilitando a ampla participação dos interessados e promovendo maior





concorrência, fator que contribui para a obtenção da melhor proposta em termos econômicos e técnicos. A combinação desses parâmetros — pregão eletrônico, critério de menor preço global por grupo e modo de disputa aberto — mostra-se adequada e eficiente, pois assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando não apenas o custo de aquisição, mas também o custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, desde a contratação até sua utilização final. Essa sistemática contribui para a otimização da aplicação dos recursos públicos, garantindo que a contratação seja realizada de forma eficiente, econômica e em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade.

**03.10 Da subcontratação e da entrega:** É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

**03.11 Da visita técnica/da vistoria:**

a) A realização de visita técnica às dependências da Câmara Municipal de Extrema e na Unidade de Atendimento Integrada – UAI será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.



- b) As visitas serão realizadas por ordem de chegada, sendo atendidas conforme a disponibilidade da Administração.
- c) A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, desde que as informações necessárias à formulação da proposta estejam adequadamente descritas no edital e seus anexos.
- d) A licitante é responsável pela elaboração de sua proposta, devendo considerar as condições locais e as informações disponibilizadas pela Administração, não podendo alegar desconhecimento de informações constantes do edital e seus anexos, nem das condições locais quando verificáveis por visita facultativa.

### 03.11 JUSTIFICATIVAS:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das medidas de segurança e controle de acesso nas dependências da Câmara Municipal de Extrema, considerando o fluxo contínuo de servidores, vereadores, prestadores de serviços, autoridades, visitantes e munícipes que frequentam diariamente o ambiente institucional.

O Poder Legislativo Municipal realiza sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, reuniões institucionais e diversos atendimentos à população, atividades que demandam ambiente seguro, organizado e compatível com os princípios da proteção institucional e da preservação da integridade física das pessoas. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de mecanismos preventivos de segurança capazes de auxiliar na identificação de objetos metálicos potencialmente perigosos, reduzindo riscos relacionados à entrada de armas, instrumentos perfurocortantes ou outros materiais que possam comprometer a segurança dos usuários e do patrimônio público.

A utilização de detector de metais tipo portal (pórtico) representa solução tecnicamente adequada para o controle preventivo de acesso em ambientes públicos institucionais, por permitir inspeção não invasiva, rápida e eficiente, sem causar prejuízo significativo ao fluxo de entrada de pessoas. Além disso, a tecnologia



proporciona maior padronização dos procedimentos de segurança, contribuindo para a redução de falhas humanas e para o aumento da capacidade de monitoramento e prevenção.

As especificações técnicas mínimas exigidas foram definidas com base na necessidade de obtenção de equipamento confiável, preciso e compatível com a rotina operacional da Câmara Municipal. A exigência de sistema com múltiplas zonas independentes de detecção permite identificar com maior exatidão a localização do objeto metálico no corpo do usuário, reduzindo abordagens desnecessárias e proporcionando maior eficiência operacional. Da mesma forma, os sistemas de sinalização visual em LEDs, alarmes sonoros ajustáveis e contador de acessos e detecções contribuem para melhor monitoramento e gerenciamento do fluxo de pessoas.

A previsão de alimentação bivolt automática e bateria interna tipo nobreak com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos busca assegurar continuidade operacional mesmo em situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica, evitando descontinuidade das atividades de controle de acesso e preservando a segurança institucional.

A estrutura robusta e adequada ao uso contínuo em ambientes institucionais também constitui requisito indispensável, considerando a utilização frequente do equipamento e a necessidade de durabilidade, estabilidade e confiabilidade operacional.

Inicialmente, foi avaliada pela Administração a possibilidade de aquisição de três unidades do equipamento, sendo duas destinadas à sede da Câmara Municipal e uma à Casa do Cidadão. Entretanto, após análise de conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento gradual da implantação do sistema de controle de acesso, optou-se pela aquisição inicial de apenas uma unidade, permitindo implementação progressiva da solução sem comprometimento da eficiência administrativa e da responsabilidade fiscal.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se tecnicamente necessária, adequada e proporcional às demandas institucionais da Câmara Municipal, atendendo



ao interesse público ao promover maior segurança, prevenção de riscos e melhoria das condições de controle de acesso às dependências do Poder Legislativo Municipal.

A contratação pretendida apresenta viabilidade econômica e atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na legislação aplicável às contratações públicas, considerando a necessidade de fortalecimento da segurança institucional da Câmara Municipal de Extrema.

A aquisição de detector de metais tipo portal (pórtico) constitui investimento preventivo voltado à redução de riscos relacionados à entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos nas dependências do Poder Legislativo Municipal. A adoção de mecanismo de controle de acesso contribui para minimizar a ocorrência de incidentes que possam gerar danos ao patrimônio público, interrupções das atividades legislativas, riscos à integridade física de servidores, vereadores e munícipes, bem como eventuais custos decorrentes de situações de emergência ou de reparação de danos materiais e institucionais.

A solução escolhida mostra-se economicamente mais vantajosa em comparação à adoção de medidas permanentes de segurança baseadas exclusivamente em recursos humanos, uma vez que o equipamento permite fiscalização contínua, padronizada e automatizada, reduzindo a necessidade de ampliação de equipes para controle manual de acesso. Além disso, a utilização de equipamento eletrônico de inspeção proporciona maior eficiência operacional, melhor controle do fluxo de pessoas e redução de falhas decorrentes de processos exclusivamente manuais.

Inicialmente, a Administração avaliou a aquisição de três unidades do equipamento, sendo duas destinadas à sede da Câmara Municipal e uma à Casa do Cidadão. Contudo, considerando critérios de planejamento orçamentário, responsabilidade fiscal e implementação gradual do sistema de segurança institucional, optou-se pela aquisição inicial de apenas uma unidade. A medida permite atender às necessidades prioritárias da Câmara Municipal neste primeiro momento, sem comprometer o equilíbrio financeiro e orçamentário da Administração Pública.







A contratação exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas também favorece a ampliação da competitividade e o incentivo à participação de pequenos fornecedores, em conformidade com a legislação vigente, podendo contribuir para obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

O valor do intervalo mínimo de diferença entre os lances, fixado em R\$ 50,00 (cinquenta reais), justifica-se pela necessidade de assegurar maior racionalidade, competitividade e eficiência à etapa de lances do certame, evitando a apresentação de reduções irrisórias que possam comprometer a celeridade da disputa e prolongar desnecessariamente o tempo da sessão pública.

A definição desse intervalo mínimo visa garantir equilíbrio entre a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a manutenção de uma dinâmica competitiva adequada entre os licitantes, permitindo reduções de preços efetivamente relevantes sob o ponto de vista econômico. Além disso, o valor estabelecido mostra-se compatível com a natureza e o valor estimado da contratação, não restringindo a competitividade do certame nem causando prejuízo à ampla participação dos interessados.

Dessa forma, o intervalo mínimo de R\$ 50,00 contribui para a condução mais eficiente do procedimento licitatório, assegurando economicidade, razoabilidade e maior objetividade na formulação dos lances.

As especificações técnicas mínimas exigidas foram definidas de forma a assegurar equilíbrio entre qualidade, durabilidade, desempenho e custo-benefício, evitando tanto a aquisição de equipamentos insuficientes para a necessidade institucional quanto a exigência de características excessivamente restritivas que possam limitar a competitividade do certame ou elevar desnecessariamente os custos da contratação.

Além disso, a exigência de equipamento novo, em linha de fabricação e adequado ao uso contínuo em ambiente institucional, contribui para redução de despesas futuras com manutenção corretiva, substituições prematuras e paralisações operacionais, aumentando a vida útil do investimento público realizado.



Dessa forma, a contratação apresenta justificativa econômica compatível com as necessidades da Câmara Municipal, demonstrando-se medida financeiramente razoável, proporcional e alinhada aos princípios da eficiência administrativa, da economicidade e da adequada aplicação dos recursos públicos.

A exigência dos documentos de habilitação para o presente processo será a estritamente necessária, em observância aos princípios da competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação visa ao fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), equipamento de natureza comum, amplamente comercializado no mercado nacional, destinado ao controle de acesso e reforço da segurança institucional. As especificações técnicas mínimas estabelecidas buscam garantir eficiência operacional, confiabilidade, durabilidade e adequado desempenho do equipamento, sem restringir indevidamente a participação de fornecedores aptos.

A opção pela participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas fundamenta-se no tratamento favorecido previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, ampliando a competitividade e incentivando a participação de pequenos negócios nas contratações públicas, sem prejuízo da qualidade e da eficiência da aquisição pretendida.

As exigências técnicas relativas ao mínimo de 15 zonas independentes de detecção, identificação precisa do objeto metálico, sinalização visual em LED, alarmes sonoros e visuais, display integrado, contador de eventos, comunicação Ethernet, alimentação bivolt com bateria interna tipo nobreak e autonomia mínima de 60 minutos, bem como estrutura robusta para uso contínuo, justificam-se pela necessidade de garantir maior precisão na detecção, segurança operacional, continuidade do funcionamento em caso de falha de energia e compatibilidade com ambientes institucionais de circulação contínua de pessoas.

A exigência de fornecimento do equipamento novo, sem uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e acessórios necessários para montagem, decorre da





necessidade de assegurar vida útil adequada, suporte operacional mínimo e correta utilização do equipamento pela Administração. Já a responsabilidade da contratada pela entrega montada, ficando a fixação definitiva e instalação elétrica sob responsabilidade da contratante, visa delimitar objetivamente as obrigações de cada parte, evitando conflitos na execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que as exigências de habilitação e especificações técnicas definidas no presente processo são compatíveis com o objeto pretendido, estritamente necessárias ao atendimento do interesse público e suficientes para garantir a execução adequada da contratação, sem impor restrições excessivas à competitividade do certame.

A presente contratação atende ao interesse público por se tratar de aquisição destinada ao fortalecimento das condições de segurança institucional, controle de acesso e proteção das pessoas que circulam nas dependências da Administração Pública. O detector de metais tipo portal (pórtico) permitirá maior eficiência na prevenção da entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos, contribuindo para a preservação da integridade física de servidores, colaboradores, usuários e visitantes.

A utilização do equipamento também proporcionará maior capacidade de monitoramento e controle em ambientes de circulação contínua, reduzindo riscos relacionados à segurança patrimonial e pessoal, além de reforçar as medidas preventivas adotadas pela Administração. A exigência de tecnologia com múltiplas zonas independentes de detecção e identificação precisa do objeto metálico possibilita atuação mais rápida e eficaz dos responsáveis pelo controle de acesso, aumentando a confiabilidade dos procedimentos de fiscalização e triagem.

Além disso, a aquisição de equipamento novo, robusto e adequado para funcionamento contínuo assegura maior durabilidade, menor risco de interrupções e melhor custo-benefício para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.





Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, pois visa garantir maior segurança institucional, proteção coletiva e melhoria das condições de controle e prevenção nas dependências da contratante.

A presente contratação atende ao interesse público por se tratar de aquisição destinada ao fortalecimento das condições de segurança institucional, controle de acesso e proteção das pessoas que circulam nas dependências da Administração Pública. O detector de metais tipo portal (pórtico) permitirá maior eficiência na prevenção da entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos, contribuindo para a preservação da integridade física de servidores, colaboradores, usuários e visitantes.

A utilização do equipamento também proporcionará maior capacidade de monitoramento e controle em ambientes de circulação contínua, reduzindo riscos relacionados à segurança patrimonial e pessoal, além de reforçar as medidas preventivas adotadas pela Administração. A exigência de tecnologia com múltiplas zonas independentes de detecção e identificação precisa do objeto metálico possibilita atuação mais rápida e eficaz dos responsáveis pelo controle de acesso, aumentando a confiabilidade dos procedimentos de fiscalização e triagem.

Além disso, a aquisição de equipamento novo, robusto e adequado para funcionamento contínuo assegura maior durabilidade, menor risco de interrupções e melhor custo-benefício para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, pois visa garantir maior segurança institucional, proteção coletiva e melhoria das condições de controle e prevenção nas dependências da contratante.

A presente contratação faz-se necessária em razão da necessidade de reforço das medidas de segurança e controle de acesso nas dependências da Administração Pública, visando garantir maior proteção aos servidores, colaboradores, usuários e visitantes que circulam diariamente no ambiente institucional.

A ausência de equipamento adequado para inspeção preventiva de pessoas compromete a eficiência dos procedimentos de controle de entrada e aumenta os





riscos relacionados ao ingresso de objetos metálicos potencialmente perigosos, podendo ocasionar situações que coloquem em risco a integridade física das pessoas, o patrimônio público e a regularidade das atividades desenvolvidas no local.

Nesse contexto, a aquisição de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico) mostra-se necessária para proporcionar maior eficiência na identificação de objetos metálicos, permitindo ações preventivas e maior controle no fluxo de acesso às instalações da contratante. O equipamento possibilitará procedimentos de fiscalização mais seguros, ágeis e precisos, contribuindo para a melhoria das condições de segurança institucional e redução de vulnerabilidades.

A contratação também se justifica pela necessidade de utilização de equipamento moderno, com funcionamento contínuo, capacidade de detecção precisa, sinalização visual e sonora, sistema de monitoramento e autonomia em caso de interrupção de energia elétrica, características indispensáveis para assegurar confiabilidade operacional e continuidade do serviço.

Dessa forma, a contratação atende à necessidade administrativa existente, sendo medida necessária, adequada e compatível com os objetivos de proteção, prevenção e fortalecimento da segurança institucional.

A quantidade estimada para a presente contratação corresponde a 01 (uma) unidade de detector de metais tipo portal (pórtico), considerando a necessidade atual da Administração e a finalidade específica de utilização do equipamento no ponto de controle de acesso definido pela contratante.

A definição da quantidade foi realizada com base na demanda operacional existente, observando-se o fluxo de entrada de pessoas, a estrutura física disponível e a necessidade de implantação de procedimento de inspeção preventiva em local estratégico das dependências institucionais.

A aquisição de apenas uma unidade mostra-se suficiente para atender, neste momento, às necessidades do órgão, garantindo o controle adequado de acesso sem gerar aquisição excessiva ou desperdício de recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento das contratações públicas.





Além disso, a contratação da quantidade estritamente necessária evita custos desnecessários com aquisição, manutenção e operação de equipamentos excedentes, assegurando compatibilidade entre a solução adotada e a real necessidade administrativa identificada.

Dessa forma, a quantidade prevista revela-se adequada, proporcional e suficiente para atendimento da demanda institucional atualmente existente.

A participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas na presente contratação fundamenta-se nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os quais estabelecem tratamento diferenciado e favorecido às pequenas empresas nas contratações públicas, visando promover o desenvolvimento econômico e social, incentivar a geração de emprego e renda e ampliar a participação desse segmento no mercado governamental.

O objeto da contratação possui natureza comum, baixo grau de complexidade e valor compatível com os limites legais aplicáveis à participação exclusiva, não havendo impedimentos técnicos ou operacionais que inviabilizem a execução por empresas enquadradas como ME/EPP ou equiparadas.

Além disso, verifica-se a existência de fornecedores enquadrados nesse segmento com capacidade de atendimento às especificações técnicas exigidas, preservando-se a competitividade do certame e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a adoção da exclusividade mostra-se adequada e compatível com a legislação vigente, sem prejuízo da qualidade da contratação ou da ampla concorrência entre os participantes aptos ao fornecimento do objeto.

O não parcelamento do objeto justifica-se em razão da natureza indivisível da solução pretendida, considerando que o fornecimento do detector de metais tipo portal (pórtico) compreende equipamento único, integrado e funcional, cujos componentes e características operacionais devem possuir compatibilidade técnica e funcionamento conjunto adequado.

A eventual divisão do objeto poderia comprometer a padronização, a responsabilidade pela garantia, a compatibilidade entre componentes e a eficiência





operacional do equipamento, além de aumentar os riscos de falhas, conflitos de responsabilidade entre fornecedores e dificuldades na execução contratual.

Ademais, o parcelamento não se mostra técnica nem economicamente vantajoso para a Administração, uma vez que a contratação integrada do equipamento proporciona maior eficiência logística, simplificação da gestão contratual e melhor controle sobre a entrega e funcionamento da solução adquirida.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo melhor execução contratual e pleno atendimento da necessidade administrativa identificada.

A proibição da subcontratação do objeto justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua capacidade técnica, operacional e responsabilidade direta pela execução integral do fornecimento do equipamento, conforme as especificações técnicas estabelecidas no processo de contratação.

Considerando que o objeto consiste no fornecimento de equipamento de segurança institucional com características técnicas específicas, a execução direta pela contratada assegura maior controle da Administração quanto à qualidade do produto, cumprimento dos prazos, garantia, procedência e responsabilidade contratual.

A admissão de subcontratação poderia dificultar a fiscalização da execução contratual, gerar conflitos de responsabilidade entre empresas envolvidas e comprometer a confiabilidade do fornecimento, especialmente quanto à assistência técnica, garantia e conformidade do equipamento entregue.

Dessa forma, a proibição da subcontratação mostra-se necessária e adequada para assegurar eficiência administrativa, segurança contratual e pleno atendimento do interesse público.

A proibição da triangulação justifica-se pela necessidade de assegurar transparência, rastreabilidade e responsabilidade direta da empresa contratada no fornecimento do objeto.

A triangulação comercial pode dificultar a identificação da origem do equipamento, comprometer a fiscalização contratual e gerar riscos relacionados à procedência, autenticidade, garantia e suporte técnico do produto fornecido à Administração







Pública. Além disso, a intermediação indevida entre fornecedores pode ocasionar aumento injustificado de custos, atraso na entrega, conflitos de responsabilidade contratual e dificuldades na aplicação de penalidades em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

Ao exigir que o fornecimento seja realizado diretamente pela empresa contratada, a Administração busca assegurar maior controle sobre a execução contratual, qualidade do equipamento adquirido e segurança jurídica da contratação, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

#### **04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

04.01. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

**Dotação: 4.4.90.52.12**

**Ficha: 61**

**Resumo: EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO**

#### **05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pessoa jurídica ME, EPP ou Equiparadas que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), do ramo pertinente ao objeto.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.





5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**5.6. Não poderão disputar esta licitação:**

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)





do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.





5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ DE SUA FASE/ DA PROPOSTA**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**



6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 6.16 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;





- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

#### **6.16.1 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

6.16.1.1. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

### **6.17 DA FASE DE HABILITAÇÃO**







6.17.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.

6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.

6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail [licitacaoextrema@yahoo.com.br](mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.

6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela





informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17.13.1 O prazo para envio da proposta e da documentação de habilitação será de 02 (duas) horas, contado a partir da convocação pelo Pregoeiro no sistema. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado dentro desse período, podendo o prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação apresentada pelo licitante.

6.17.14 **É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de proposta e de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.**

6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.17.18 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):**



a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou



realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.

**7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 90 (noventa) dias.

7.9.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.10.1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser considerada inexecutável (dada a presunção relativa da inexecutabilidade) a proposta que apresentar



valores que não sejam compatíveis com os custos necessários para a adequada execução do objeto licitado. Ressalta-se que a análise da exequibilidade deverá abranger não apenas o valor global da proposta apresentada, mas também seus valores unitários, de forma a assegurar a viabilidade econômico-financeira da contratação em todos os seus aspectos. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovações e esclarecimentos que julgar pertinentes para aferição da viabilidade da proposta, podendo desclassificar a licitante em caso de comprovação de inexecuibilidade em qualquer um dos níveis mencionados, cabendo à licitante demonstrar a sua exequibilidade.

7.10.1.2 O orçamento estimado estabelecido pela Administração é o preço máximo aceitável.

7.10.1.3 O art. 59 da Lei 14.133/2021, em seu inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.

7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia, que não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

7.12 **Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.**



## 8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: ITEM 01 = R\$ 50,00 (cinquenta reais);**







0. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da



melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ**

**ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTES EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**





8.23.5. Será concedido o prazo de até 2 (duas) horas para envio dos documentos solicitados, inclusive aqueles relativos à habilitação, contado da convocação pelo sistema, podendo ser prorrogado pelo pregoeiro, quando necessário à adequada instrução do processo. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.

8.23.6 Os prazos para envio da proposta final adequada bem como dos documentos de habilitação serão de, no mínimo, até duas horas.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;





b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:





- 9.7.1. conter vícios insanáveis;
- 9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
  - 9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
  - 9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - 9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
  - 9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.







9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim,





sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.19. Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o pregoeiro poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.20. A critério do pregoeiro, a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. **A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;**

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. fraudar a licitação
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1. advertência;
  - 11.2.2. multa;
  - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e







11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens





11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaoextrema@yahoo.com.br](mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA

13.1 **Vigência:** O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

13.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.

13.3 **Índice de atualização:** Não se aplica.





#### 14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

a. **O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário.**

b. Entrega imediata. Essa entrega deverá ocorrer em até trinta dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

c. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

d. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

e. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

f. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.





- g. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- h. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- i. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- j. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- k. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- l. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- m. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens





deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## 15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

15.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





15.8 O gestor/fiscal de contratos anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.8.1 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

15.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e





anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.12 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

15.13 A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade





da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

15.14 Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.15 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.





## 16 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

16.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.

16.2 No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

16.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### Liquidação

16.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

16.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras,





reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

16.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

16.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

16.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.





### **Forma de pagamento**

16.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário. Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

16.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

16.17 Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.





17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO II	MATRIZ DE RISCO







<b>ANEXO III</b>	TERMO DE REFERÊNCIA
<b>ANEXO IV</b>	PROPOSTA DE PREÇOS
<b>ANEXO V</b>	PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS)
<b>ANEXO VI</b>	MINUTA DO CONTRATO

Extrema, MG, 15 de maio de 2026.

---

**RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA**  
**PRESIDENTE**





## ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**

**1. RESUMO DO OBJETO:** Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para fornecimento de 01(um) detector de metais tipo portal (pórtico).

**2. REGIME DE EXECUÇÃO:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, entrega imediata. A entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até trinta dias após o recebimento da Autorização de fornecimento (A.F.). Local de Entrega: Sede da Câmara Municipal de Extrema, no município de Extrema/MG.

### **3. INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### **3.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Câmara Municipal de Extrema necessita da contratação exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas para o fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), novo e sem uso, destinado ao reforço das medidas de segurança institucional e ao controle de acesso às dependências do Poder Legislativo Municipal.





A aquisição justifica-se pela necessidade de ampliar a proteção de vereadores, servidores, colaboradores, visitantes e munícipes que frequentam diariamente as instalações da Câmara Municipal, promovendo ambiente institucional mais seguro, organizado e adequado ao exercício das atividades legislativas e administrativas. O equipamento permitirá a realização de inspeção preventiva não invasiva, com identificação de objetos metálicos potencialmente perigosos, contribuindo para a mitigação de riscos relacionados à entrada de armas, instrumentos perfurocortantes ou outros objetos que possam comprometer a integridade física das pessoas e a preservação do patrimônio público.

Inicialmente, a Administração avaliou a possibilidade de aquisição de 03 (três) unidades do equipamento, sendo 02 (duas) destinadas à sede da Câmara Municipal e 01 (uma) destinada à Casa do Cidadão. Contudo, após análise de conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento gradual da implantação do sistema de controle de acesso, optou-se, neste primeiro momento, pela aquisição inicial de apenas 01 (uma) unidade, suficiente para atendimento imediato das necessidades prioritárias da instituição.

Considerando o aumento da circulação de pessoas em sessões ordinárias, audiências públicas, reuniões institucionais e demais eventos realizados nas dependências da Câmara, torna-se necessária a implantação de mecanismo moderno de controle de acesso, compatível com as demandas de segurança de ambientes públicos institucionais.

O detector de metais deverá possuir tecnologia capaz de garantir elevada precisão na detecção e localização de objetos metálicos, minimizando falhas operacionais e proporcionando maior eficiência no fluxo de entrada de usuários. Para atendimento adequado da necessidade institucional, o equipamento deverá apresentar, no mínimo, sistema de detecção com 15 (quinze) zonas independentes e sobrepostas, possibilitando a identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, além de indicação visual por meio de colunas laterais com LEDs.

O equipamento deverá ainda possuir alarmes sonoros e visuais simultâneos, sensibilidade ajustável, display integrado, sistema de controle acessível ao operador,





contador de acessos e detecções, interface Ethernet (RJ-45), alimentação bivolt automática e bateria interna tipo nobreak com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos, garantindo continuidade operacional em casos de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

A estrutura deverá ser robusta e apropriada para uso contínuo em ambiente institucional, com fornecimento de todos os acessórios necessários para fixação ao piso, manual em língua portuguesa e entrega do equipamento montado pela contratada, cabendo à contratante apenas a fixação definitiva e a instalação elétrica. Dessa forma, a contratação pretendida visa atender ao interesse público, fortalecer os procedimentos de segurança patrimonial e pessoal, assegurar maior controle de acesso às dependências da Câmara Municipal e proporcionar melhores condições de proteção aos usuários e servidores da instituição.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários ao adequado atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Extrema. A participação será exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, nos termos da legislação vigente, devendo a empresa contratada possuir atividade compatível com o objeto da contratação.

O objeto consiste no fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), novo, sem uso, em linha de fabricação, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhado de todos os acessórios necessários ao seu pleno uso. O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada.

O detector de metais deverá possuir, no mínimo, sistema de detecção com 15 (quinze) zonas independentes e sobrepostas, permitindo a identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, bem como indicação visual da área detectada. As colunas laterais deverão possuir sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e a intensidade aproximada do objeto metálico identificado. O



equipamento deverá contar ainda com sensibilidade ajustável em múltiplos níveis de configuração, alarme sonoro com volume ajustável e indicação visual e sonora simultânea de detecção.

Também será exigido que o equipamento possua display integrado para visualização de informações e configurações, botão liga/desliga incorporado ao equipamento e sistema de controle e configuração acessível ao operador. Deverá possuir contador integrado de acessos e detecções, bem como interface de comunicação Ethernet (RJ-45).

Quanto à alimentação elétrica, o equipamento deverá operar em sistema bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz) e possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos em operação normal.

A estrutura deverá ser robusta e adequada ao uso contínuo em ambiente institucional, possuindo dimensões mínimas de 84 cm de largura, 2,02 m de altura e 48,5 cm de profundidade, com cor predominante preta ou cinza.

A contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para fixação ao piso, além de manual do usuário em língua portuguesa. A entrega deverá ocorrer com o equipamento devidamente acondicionado e protegido contra danos decorrentes do transporte. Caberá à contratada realizar a entrega do equipamento montado, enquanto a fixação definitiva ao piso e a instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante.

O equipamento deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e práticas usuais de mercado, responsabilizando-se a contratada pela substituição ou reparo de componentes defeituosos durante o período de garantia, sem ônus para a Administração.

Somente serão aceitos equipamentos novos, vedado o fornecimento de produtos usados, recondicionados, remanufaturados ou fora de linha de fabricação. O equipamento deverá atender às normas técnicas aplicáveis e apresentar padrão de qualidade compatível com o uso contínuo em ambiente institucional.





A entrega será realizada no endereço indicado pela Câmara Municipal, em prazo a ser definido no instrumento convocatório, ficando o recebimento condicionado à verificação da conformidade do equipamento com todas as especificações técnicas exigidas.

A contratação visa atender à necessidade de reforço da segurança institucional e do controle de acesso às dependências da Câmara Municipal, proporcionando maior proteção aos vereadores, servidores, colaboradores e munícipes que frequentam o Poder Legislativo Municipal.

## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

### II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- d) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de





Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

e) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

f) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

### III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**





A quantidades estimada do produto a ser contratado está estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MEDIANA VALOR UNIT.
01	<p><b>DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO)</b></p> <p>Características técnicas mínimas obrigatórias:</p> <p><b>Sistema de detecção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>• Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>• Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>• Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <p><b>Alarmes e sinalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>• Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <p><b>Interface e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>• Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>• Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul> <p><b>Monitoramento e gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ acessos (passagens);</li><li>◦ detecções (alarmes);</li></ul></li><li>• Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <p><b>Alimentação e autonomia</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>• Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>• Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <p><b>Estrutura e dimensões</b></p>	01 peça	R\$ 24.621,32





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Largura: 84 cm</li><li>◦ Altura: 2,02 m</li><li>◦ Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>• Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <p><b>Acessórios e instalação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>• Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>• O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>• A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> <p>Equipamento novo, sem uso</p>		
--	--	--	--

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os serviços que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.

### JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.





## Justificativa Técnica

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das medidas de segurança e controle de acesso nas dependências da Câmara Municipal de Extrema, considerando o fluxo contínuo de servidores, vereadores, prestadores de serviços, autoridades, visitantes e munícipes que frequentam diariamente o ambiente institucional.

O Poder Legislativo Municipal realiza sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, reuniões institucionais e diversos atendimentos à população, atividades que demandam ambiente seguro, organizado e compatível com os princípios da proteção institucional e da preservação da integridade física das pessoas. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de mecanismos preventivos de segurança capazes de auxiliar na identificação de objetos metálicos potencialmente perigosos, reduzindo riscos relacionados à entrada de armas, instrumentos perfurocortantes ou outros materiais que possam comprometer a segurança dos usuários e do patrimônio público.

A utilização de detector de metais tipo portal (pórtico) representa solução tecnicamente adequada para o controle preventivo de acesso em ambientes públicos institucionais, por permitir inspeção não invasiva, rápida e eficiente, sem causar prejuízo significativo ao fluxo de entrada de pessoas. Além disso, a tecnologia proporciona maior padronização dos procedimentos de segurança, contribuindo para a redução de falhas humanas e para o aumento da capacidade de monitoramento e prevenção.

As especificações técnicas mínimas exigidas foram definidas com base na necessidade de obtenção de equipamento confiável, preciso e compatível com a rotina operacional da Câmara Municipal. A exigência de sistema com múltiplas zonas independentes de detecção permite identificar com maior exatidão a localização do objeto metálico no corpo do usuário, reduzindo abordagens desnecessárias e proporcionando maior eficiência operacional. Da mesma forma, os sistemas de sinalização visual em LEDs, alarmes sonoros ajustáveis e contador de acessos e







deteções contribuem para melhor monitoramento e gerenciamento do fluxo de pessoas.

A previsão de alimentação bivolt automática e bateria interna tipo nobreak com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos busca assegurar continuidade operacional mesmo em situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica, evitando descontinuidade das atividades de controle de acesso e preservando a segurança institucional.

A estrutura robusta e adequada ao uso contínuo em ambientes institucionais também constitui requisito indispensável, considerando a utilização frequente do equipamento e a necessidade de durabilidade, estabilidade e confiabilidade operacional.

Inicialmente, foi avaliada pela Administração a possibilidade de aquisição de três unidades do equipamento, sendo duas destinadas à sede da Câmara Municipal e uma à Casa do Cidadão. Entretanto, após análise de conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento gradual da implantação do sistema de controle de acesso, optou-se pela aquisição inicial de apenas uma unidade, permitindo implementação progressiva da solução sem comprometimento da eficiência administrativa e da responsabilidade fiscal.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se tecnicamente necessária, adequada e proporcional às demandas institucionais da Câmara Municipal, atendendo ao interesse público ao promover maior segurança, prevenção de riscos e melhoria das condições de controle de acesso às dependências do Poder Legislativo Municipal.

### **Justificativa econômica**

A contratação pretendida apresenta viabilidade econômica e atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na legislação aplicável às contratações públicas, considerando a necessidade de fortalecimento da segurança institucional da Câmara Municipal de Extrema.





A aquisição de detector de metais tipo portal (pórtico) constitui investimento preventivo voltado à redução de riscos relacionados à entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos nas dependências do Poder Legislativo Municipal. A adoção de mecanismo de controle de acesso contribui para minimizar a ocorrência de incidentes que possam gerar danos ao patrimônio público, interrupções das atividades legislativas, riscos à integridade física de servidores, vereadores e munícipes, bem como eventuais custos decorrentes de situações de emergência ou de reparação de danos materiais e institucionais.

A solução escolhida mostra-se economicamente mais vantajosa em comparação à adoção de medidas permanentes de segurança baseadas exclusivamente em recursos humanos, uma vez que o equipamento permite fiscalização contínua, padronizada e automatizada, reduzindo a necessidade de ampliação de equipes para controle manual de acesso. Além disso, a utilização de equipamento eletrônico de inspeção proporciona maior eficiência operacional, melhor controle do fluxo de pessoas e redução de falhas decorrentes de processos exclusivamente manuais.

Inicialmente, a Administração avaliou a aquisição de três unidades do equipamento, sendo duas destinadas à sede da Câmara Municipal e uma à Casa do Cidadão. Contudo, considerando critérios de planejamento orçamentário, responsabilidade fiscal e implementação gradual do sistema de segurança institucional, optou-se pela aquisição inicial de apenas uma unidade. A medida permite atender às necessidades prioritárias da Câmara Municipal neste primeiro momento, sem comprometer o equilíbrio financeiro e orçamentário da Administração Pública.

A contratação exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas também favorece a ampliação da competitividade e o incentivo à participação de pequenos fornecedores, em conformidade com a legislação vigente, podendo contribuir para obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

As especificações técnicas mínimas exigidas foram definidas de forma a assegurar equilíbrio entre qualidade, durabilidade, desempenho e custo-benefício,





evitando tanto a aquisição de equipamentos insuficientes para a necessidade institucional quanto a exigência de características excessivamente restritivas que possam limitar a competitividade do certame ou elevar desnecessariamente os custos da contratação.

Além disso, a exigência de equipamento novo, em linha de fabricação e adequado ao uso contínuo em ambiente institucional, contribui para redução de despesas futuras com manutenção corretiva, substituições prematuras e paralisações operacionais, aumentando a vida útil do investimento público realizado.

Dessa forma, a contratação apresenta justificativa econômica compatível com as necessidades da Câmara Municipal, demonstrando-se medida financeiramente razoável, proporcional e alinhada aos princípios da eficiência administrativa, da economicidade e da adequada aplicação dos recursos públicos.

## **7. INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

Para atendimento da necessidade de reforço da segurança institucional e controle de acesso às dependências da Câmara Municipal de Extrema, foram analisadas diferentes soluções disponíveis no mercado, considerando aspectos relacionados à eficiência operacional, custo-benefício, durabilidade, manutenção, vida útil do equipamento e adequação ao ambiente institucional.

Entre as soluções existentes, verificou-se inicialmente a possibilidade de utilização exclusiva de controle manual de acesso realizado por servidores ou vigilantes, mediante inspeção visual e abordagem individual dos usuários. Contudo, essa alternativa apresenta limitações operacionais relevantes, especialmente em locais com maior fluxo de pessoas, além de maior suscetibilidade a falhas humanas, menor padronização dos procedimentos de segurança e necessidade de ampliação contínua de mão de obra para atendimento adequado da demanda.

Também foi considerada a utilização de detectores de metais portáteis do tipo bastão ou raquete. Embora tais equipamentos apresentem menor custo inicial de aquisição,



sua utilização exige abordagem individual mais demorada, maior intervenção direta do operador e menor eficiência no fluxo contínuo de entrada de pessoas. Além disso, os detectores portáteis mostram-se menos adequados para controle preventivo permanente em ambientes institucionais com circulação frequente de público.

Outra solução analisada consistiu na adoção de portas giratórias com detector de metais integrado. Apesar de oferecerem elevado nível de controle de acesso, tais equipamentos demandam intervenções estruturais mais complexas, maior custo de aquisição, instalação e manutenção, além de possíveis impactos na acessibilidade e no fluxo de entrada em ambientes públicos administrativos. Em razão dessas características, verificou-se que tal solução ultrapassa, neste momento, a necessidade operacional da Câmara Municipal.

Foi analisada ainda a utilização de portais detectores de metais com menor capacidade tecnológica, especialmente modelos com número reduzido de zonas de detecção. Entretanto, equipamentos simplificados apresentam menor precisão na identificação da localização do objeto metálico, podendo gerar aumento de abordagens complementares, redução da eficiência operacional e maior índice de falsos alarmes. Modelos com múltiplas zonas independentes de detecção oferecem maior precisão, rapidez e confiabilidade no processo de inspeção.

No que se refere ao ciclo de vida do objeto, foram considerados fatores como durabilidade da estrutura, resistência para uso contínuo, disponibilidade de manutenção, consumo energético, possibilidade de atualização de configurações, vida útil operacional e continuidade de funcionamento em caso de interrupção de energia elétrica. Equipamentos dotados de alimentação bivolt automática, bateria interna tipo nobreak, estrutura robusta e tecnologia digital microprocessada apresentam maior confiabilidade operacional e menor necessidade de intervenções corretivas ao longo do tempo.

Foram igualmente considerados aspectos relacionados à experiência do usuário e à eficiência institucional. Soluções modernas de detecção por zonas independentes permitem inspeção não invasiva, redução de constrangimentos, maior agilidade no fluxo de entrada e fortalecimento da percepção de segurança





institucional, características especialmente relevantes em órgãos públicos com atendimento frequente à população.

Após análise das alternativas disponíveis no mercado, concluiu-se que a aquisição de detector de metais tipo portal (pórtico), com múltiplas zonas independentes de detecção, sinalização visual e sonora, bateria interna e recursos de monitoramento e controle, representa a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atendimento das necessidades da Câmara Municipal, considerando a finalidade pública pretendida, o fluxo de usuários, a segurança institucional e o ciclo de vida do equipamento.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MEDIANA VALOR UNIT.
01	<b>DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO)</b> Características técnicas mínimas obrigatórias: <b>Sistema de detecção</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <b>Alarmes e sinalização</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <b>Interface e controle</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul>	01 peça	R\$ 24.621,32







<p><b>Monitoramento e gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ acessos (passagens);</li><li>◦ detecções (alarmes);</li></ul></li><li>• Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <p><b>Alimentação e autonomia</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>• Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>• Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <p><b>Estrutura e dimensões</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Largura: 84 cm</li><li>◦ Altura: 2,02 m</li><li>◦ Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>• Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <p><b>Acessórios e instalação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>• Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>• O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>• A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> <p>Equipamento novo, sem uso</p>		
---	--	--

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados**.





## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A solução consiste na contratação exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas para o fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), novo, sem uso anterior, destinado ao controle de acesso e reforço da segurança institucional, com capacidade de detecção precisa de objetos metálicos em pessoas, atendendo integralmente às características técnicas mínimas exigidas no instrumento convocatório.

O equipamento deverá possuir sistema de detecção com, no mínimo, 15 zonas independentes sobrepostas, permitindo a identificação precisa e segmentada da localização de objetos metálicos no corpo do usuário, com indicação visual exata da região detectada.

Deverá contar com sensibilidade ajustável em múltiplos níveis, possibilitando adequação conforme o ambiente operacional e o nível de segurança desejado.

### **II – FUNCIONALIDADES OPERACIONAIS E INTERFACE**

O detector deverá dispor de colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e a intensidade aproximada da detecção, além de sistema de alarme sonoro com volume ajustável, operando de forma simultânea com indicação visual e sonora no momento da detecção.

A interface de operação deverá incluir display integrado para visualização de informações, configurações e status do equipamento, além de botão liga/desliga incorporado, garantindo facilidade de uso e operação intuitiva por parte dos operadores.

### **III – MONITORAMENTO E GESTÃO**

O equipamento deverá possuir contador de eventos integrado, com registro mínimo de:

- a) Quantidade de passagens (acessos);
- b) Quantidade de detecções (alarmes);



Além disso, deverá possuir interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45), possibilitando integração com sistemas de monitoramento, gestão ou controle de acesso, quando aplicável.

#### **IV – ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E AUTONOMIA**

O equipamento deverá operar em alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz), sendo obrigatória a presença de bateria interna tipo nobreak.

A bateria deverá garantir funcionamento contínuo em caso de falha de energia elétrica, com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos em operação normal, assegurando a continuidade dos procedimentos de segurança.

#### **V – ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÃO**

O equipamento deverá possuir estrutura robusta, própria para uso contínuo em ambientes institucionais de alta circulação, com dimensões mínimas de:

- a) Largura: 84 cm
- b) Altura: 2,02 m
- c) Profundidade: 48,5 cm

A cor predominante deverá ser preta ou cinza, com acabamento adequado ao uso institucional.

O fornecimento deverá incluir todos os acessórios necessários para fixação ao piso. O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada. A fixação definitiva ao piso e a instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante.

#### **VI – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

A contratada deverá fornecer manual do usuário em língua portuguesa, contendo instruções completas de operação, configuração básica, orientações de segurança e manutenção preventiva.

#### **VII – MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A contratada deverá assegurar garantia mínima do equipamento, conforme legislação vigente, com prestação de assistência técnica especializada durante o período de garantia, incluindo, no mínimo:

- a) Atendimento para suporte técnico remoto e/ou presencial;
- b) Correção de falhas de funcionamento decorrentes de defeitos de fabricação;



- c) Substituição de peças e componentes defeituosos sem ônus adicional à contratante durante o período de garantia;
- d) Prazo de atendimento técnico compatível com a criticidade do equipamento, não superior a 48 (quarenta e oito) horas úteis para diagnóstico inicial após abertura do chamado;
- e) Prazo de solução do problema técnico compatível com a natureza do defeito, priorizando a continuidade operacional do equipamento.

A assistência técnica deverá ser realizada por profissionais qualificados ou rede autorizada do fabricante, garantindo a manutenção das condições originais de funcionamento e desempenho do equipamento.

### **VIII – CONDIÇÕES GERAIS DA SOLUÇÃO**

A solução deve assegurar confiabilidade, precisão na detecção, facilidade de operação, robustez estrutural e continuidade operacional, atendendo às necessidades de segurança institucional, com baixa necessidade de intervenção corretiva e alta disponibilidade de funcionamento.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

### **I – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação pretendida visa proporcionar maior eficiência no controle de acesso às dependências institucionais, promovendo o fortalecimento das medidas de segurança patrimonial e preventiva, mediante utilização de equipamento eletrônico de detecção de metais com tecnologia adequada às necessidades operacionais da Administração. A adoção do detector de metais tipo portal (pórtico) permitirá resultados relevantes em termos de economicidade, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, conforme demonstrado a seguir.





## II – ECONOMICIDADE

A solução proporciona economicidade à Administração Pública ao substituir procedimentos exclusivamente manuais de inspeção por sistema automatizado de detecção, reduzindo a necessidade de abordagens individuais e inspeções físicas constantes, o que contribui para maior agilidade nos fluxos de entrada e redução de custos operacionais indiretos.

A utilização de equipamento com bateria interna tipo nobreak e alimentação bivolt automática reduz riscos de interrupção operacional, evitando prejuízos decorrentes de paralisações em situações de falha no fornecimento de energia elétrica.

Além disso, a aquisição de equipamento novo, robusto e destinado ao uso contínuo tende a reduzir gastos futuros com manutenção corretiva recorrente, substituições prematuras e indisponibilidade operacional.

A contratação exclusiva para ME, EPP ou equiparadas também favorece o desenvolvimento econômico local e regional, ampliando a competitividade do certame e possibilitando obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

## III – MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

A implantação do detector de metais permitirá maior eficiência das equipes responsáveis pelo controle de acesso e segurança institucional, reduzindo a necessidade de inspeções manuais individualizadas e permitindo que os servidores atuem de forma mais estratégica e preventiva.

O sistema de detecção por múltiplas zonas independentes, associado à indicação visual precisa da localização do objeto metálico, possibilita triagem mais rápida, segura e objetiva, reduzindo o tempo de abordagem e aumentando a capacidade de atendimento do fluxo de pessoas.

O contador de acessos e detecções integrado também contribui para o monitoramento operacional e para a gestão das atividades de segurança, fornecendo dados objetivos para acompanhamento e tomada de decisão administrativa.







#### **IV – MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MATERIAIS**

A solução proposta apresenta melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis ao incorporar múltiplas funcionalidades em um único equipamento, incluindo:

- a) Detecção segmentada por zonas;
- b) Alarmes sonoros e visuais;
- c) Sistema de monitoramento de eventos;
- d) Comunicação via Ethernet;
- e) Bateria interna de autonomia emergencial.

Essas funcionalidades integradas reduzem a necessidade de aquisição de equipamentos complementares ou sistemas paralelos de controle de acesso. A estrutura robusta e adequada ao uso contínuo em ambientes institucionais também contribui para maior durabilidade do equipamento, reduzindo desgaste prematuro e necessidade de reposição frequente.

#### **V – MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros disponíveis serão utilizados de maneira eficiente mediante aquisição de solução tecnológica capaz de oferecer elevada durabilidade, confiabilidade operacional e baixo custo de manutenção ao longo de sua vida útil.

A contratação de equipamento com características técnicas compatíveis com as necessidades institucionais evita aquisições subdimensionadas ou excessivamente sofisticadas, assegurando equilíbrio entre custo e benefício.

A previsão de garantia e assistência técnica durante o período contratual também reduz riscos de despesas extraordinárias com reparos e manutenção corretiva, assegurando maior previsibilidade orçamentária para a Administração.

#### **VI – RESULTADO INSTITUCIONAL ESPERADO**

Como resultado final, espera-se:

- a) Maior segurança no controle de acesso às dependências institucionais;
- b) Redução de riscos relacionados à entrada de objetos metálicos indevidos;
- c) Maior agilidade e eficiência no fluxo de pessoas;
- d) Otimização das atividades das equipes de segurança;



- e) Continuidade operacional mesmo em casos de falha de energia;
- f) Melhor relação custo-benefício na aplicação dos recursos públicos;
- g) Fortalecimento das ações preventivas de segurança institucional.

## **11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato:

- a) Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
- b) Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
- c) Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
- d) Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
- e) Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
- f) Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente, a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para o fornecimento do referido objeto.





### **13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

A contratação pretendida apresenta baixo impacto ambiental, considerando que o equipamento possui consumo reduzido de energia elétrica, especialmente em razão da alimentação bivolt automática e do sistema de bateria interna de alta eficiência, contribuindo para o uso racional de recursos energéticos. Como medida mitigadora, deverá ser priorizada a correta utilização e manutenção preventiva do equipamento, visando ampliar sua vida útil e reduzir a geração de resíduos eletrônicos. Ao final de sua utilização, os componentes eletroeletrônicos, baterias e demais materiais deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando-se, quando aplicável, a logística reversa e as normas vigentes de descarte e reciclagem de resíduos eletrônicos, de forma a minimizar impactos ao meio ambiente.

### **14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor **preço unitário**.

### **15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo de forma adequada às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Extrema.

Do ponto de vista técnico, os equipamentos especificados encontram ampla disponibilidade no mercado, são padronizados e compatíveis com soluções já





consolidadas, permitindo integração com a infraestrutura existente e possibilitando futura expansão sem necessidade de substituições estruturais relevantes.

Sob o aspecto operacional, a solução é de fácil implementação e utilização, não exigindo estrutura complexa para funcionamento, além de permitir gestão simplificada dos sistemas de controle de acesso, alarme e videomonitoramento. A adoção de tecnologias modernas contribui para maior eficiência, confiabilidade e continuidade das atividades institucionais.

No que se refere à viabilidade econômica, a aquisição apresenta adequada relação custo-benefício, considerando a durabilidade dos equipamentos, a redução de custos operacionais ao longo do tempo e a minimização de gastos com manutenção corretiva e substituições frequentes. Além disso, a compatibilidade com o sistema existente evita investimentos adicionais desnecessários.

Adicionalmente, a contratação está alinhada aos princípios da administração pública, especialmente os da economicidade, eficiência e interesse público, bem como às normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é plenamente viável e adequada, atendendo às demandas institucionais com eficiência, segurança e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Extrema, MG, 08 de maio de 2026.

---

KARINA VIEIRA BONALDO

GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS





## DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse ETP.

---

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE





## ANEXO II

### MATRIZ DE RISCOS – PRC 45/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026

#### 1. Objeto

**Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de 01(um) detector de metais tipo portal (pórtico), com características técnicas mínimas obrigatórias consistindo em sistema de detecção com mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual, sensibilidade ajustável com múltiplos níveis de configuração, e colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado; alarmes e sinalização com alarme sonoro com volume ajustável e indicação visual e sonora simultânea de detecção; interface e controle com equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações, botão liga/desliga incorporado ao equipamento e sistema de controle e configuração acessível ao operador; monitoramento e gestão com contador de eventos integrado, com registro mínimo de acessos (passagens) e detecções (alarmes), além de interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45); alimentação e autonomia com alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz), devendo o equipamento possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia, com autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal; estrutura e dimensões com estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais, dimensões mínimas de largura de 84 cm, altura de 2,02 m e profundidade de 48,5 cm, e cor predominante preto ou cinza; acessórios e instalação com fornecimento de todos os acessórios necessários para fixação ao piso, fornecimento de manual do usuário em língua portuguesa, entrega do equipamento montado pela contratada, sendo a fixação definitiva e instalação elétrica de responsabilidade da contratante; equipamento novo, sem uso.

#### 2. FASE DE ANÁLISE

Foram consideradas as seguintes fases:

- **Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor;**
- **Gestão do Contrato.**







### 3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### **Risco 01 – Atraso no procedimento licitatório.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Atraso na abertura do procedimento.

**Ação Preventiva:** Observar atentamente o preenchimento da requisição inicial conforme orientações no site da Câmara.

**Responsável:** Requerente.

**Ação de Contingência:** Saneamento do preenchimento e entrega rápida no setor de compras.

**Responsável:** Chefe imediato do requerente.

#### **Risco 02 – Descrição do objeto com indicação de marca sem justificativa.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Restrição à competitividade, nulidade do certame, retrabalho e responsabilização.

**Ação Preventiva:** Justificar previamente a indicação de marca.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Suspender o processo ou justificar a indicação detectada.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

#### **Risco 03 – Estimativa de preço fora do mercado.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Licitação deserta ou contratação com sobrepreço.

**Ação Preventiva:** Realizar pesquisa de mercado adequada e abrangente.

**Responsável:** Orçamentista / Pregoeiro / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Negociar a redução dos valores ou avaliar a dispensa de licitação.

**Responsável:** Pregoeiro / Jurídico.



#### 4. GESTÃO DE CONTRATOS

##### **Risco 01 – Contratada perde condições de executar o serviço.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Inexecução e necessidade de rescisão contratual.

**Ação Preventiva:** Fiscalizar tecnicamente e economicamente a execução do contrato.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação formal, abertura de processo e convocação de segundo colocado.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

##### **Risco 02 – Serviço ou entrega insatisfatórios.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Interferência na qualidade dos serviços prestados.

**Ação Preventiva:** Comunicação clara e exigência de conformidade dos serviços e itens.

**Responsável:** Almoxarife / Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação reiterada e aplicação de penalidades.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

##### **Risco 03 – Empresa impedida de contratar com a Administração.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Problemas jurídicos e execução irregular do contrato.

**Ação Preventiva:** Consultar o CNEP, TCU e outros cadastros antes da contratação.

**Responsável:** Pregoeiro.

**Ação de Contingência:** Inabilitação da empresa irregular.

**Responsável:** Pregoeiro.



## 5. ANÁLISE FINAL

A elaboração do presente Mapa de Risco visa atender aos princípios de **planejamento, eficiência, transparência e integridade** da administração pública, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**. Ainda que a licitação ocorra nos termos do Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, faz-se imprescindível a avaliação de riscos envolvidos, bem como a adoção de medidas de mitigação, a fim de resguardar o interesse público e prevenir irregularidades.

## 6. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 28 de abril de 2026.

---

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI  
DIRETORA GERAL





## ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**

**Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo **menor preço unitário**.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de 01(um) detector de metais tipo portal (pórtico), com características técnicas mínimas obrigatórias consistindo em sistema de detecção com mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual, sensibilidade ajustável com múltiplos níveis de configuração, e colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado; alarmes e sinalização com alarme sonoro com volume ajustável e indicação visual e sonora simultânea de detecção; interface e controle com equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações, botão liga/desliga incorporado ao equipamento e sistema de controle e configuração acessível ao operador; monitoramento e gestão com contador de eventos integrado, com registro mínimo de acessos (passagens) e detecções (alarmes), além de interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45); alimentação e autonomia com alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz), devendo o equipamento possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia, com autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal; estrutura e dimensões com estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais, dimensões mínimas de largura de 84 cm, altura





de 2,02 m e profundidade de 48,5 cm, e cor predominante preto ou cinza; acessórios e instalação com fornecimento de todos os acessórios necessários para fixação ao piso, fornecimento de manual do usuário em língua portuguesa, entrega do equipamento montado pela contratada, sendo a fixação definitiva e instalação elétrica de responsabilidade da contratante; equipamento novo, sem uso.

**1.1 Natureza do objeto:** O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, de natureza permanente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, sendo suas especificações usuais e amplamente comercializadas por diversos fornecedores.

**1.2 Quantitativo:** 01 (uma) peça.

**1.3 Prazo do contrato:** A data de vigência do contrato será considerada como a data da última assinatura digital aposta no instrumento contratual, a qual será adotada como data-base para todos os efeitos legais do contrato. Essa data prevalecerá como marco inicial para a contagem de prazos, cumprimento de obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste. Na hipótese de assinatura híbrida, será igualmente considerada como data-base a data da última assinatura digital. Caso o contrato seja firmado exclusivamente de forma presencial, a data constante na cláusula final do instrumento contratual prevalecerá como marco para o início da contagem dos prazos, obrigações e demais efeitos dele decorrentes. **Prazo:** até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual.

**1.4** Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

**1.5** A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e também no ComprasGov: Linha 508.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



Em conformidade com os **Estudos Técnicos Preliminares** a Câmara Municipal de Extrema necessita da contratação exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas para o fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), novo e sem uso, destinado ao reforço das medidas de segurança institucional e ao controle de acesso às dependências do Poder Legislativo Municipal.

A aquisição justifica-se pela necessidade de ampliar a proteção de vereadores, servidores, colaboradores, visitantes e munícipes que frequentam diariamente as instalações da Câmara Municipal, promovendo ambiente institucional mais seguro, organizado e adequado ao exercício das atividades legislativas e administrativas. O equipamento permitirá a realização de inspeção preventiva não invasiva, com identificação de objetos metálicos potencialmente perigosos, contribuindo para a mitigação de riscos relacionados à entrada de armas, instrumentos perfurocortantes ou outros objetos que possam comprometer a integridade física das pessoas e a preservação do patrimônio público.

Inicialmente, a Administração avaliou a possibilidade de aquisição de 03 (três) unidades do equipamento, sendo 02 (duas) destinadas à sede da Câmara Municipal e 01 (uma) destinada à Casa do Cidadão. Contudo, após análise de conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento gradual da implantação do sistema de controle de acesso, optou-se, neste primeiro momento, pela aquisição inicial de apenas 01 (uma) unidade, suficiente para atendimento imediato das necessidades prioritárias da instituição.

Considerando o aumento da circulação de pessoas em sessões ordinárias, audiências públicas, reuniões institucionais e demais eventos realizados nas dependências da Câmara, torna-se necessária a implantação de mecanismo moderno de controle de acesso, compatível com as demandas de segurança de ambientes públicos institucionais.

O detector de metais deverá possuir tecnologia capaz de garantir elevada precisão na detecção e localização de objetos metálicos, minimizando falhas operacionais e proporcionando maior eficiência no fluxo de entrada de usuários. Para atendimento





adequado da necessidade institucional, o equipamento deverá apresentar, no mínimo, sistema de detecção com 15 (quinze) zonas independentes e sobrepostas, possibilitando a identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, além de indicação visual por meio de colunas laterais com LEDs.

O equipamento deverá ainda possuir alarmes sonoros e visuais simultâneos, sensibilidade ajustável, display integrado, sistema de controle acessível ao operador, contador de acessos e detecções, interface Ethernet (RJ-45), alimentação bivolt automática e bateria interna tipo nobreak com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos, garantindo continuidade operacional em casos de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

A estrutura deverá ser robusta e apropriada para uso contínuo em ambiente institucional, com fornecimento de todos os acessórios necessários para fixação ao piso, manual em língua portuguesa e entrega do equipamento montado pela contratada, cabendo à contratante apenas a fixação definitiva e a instalação elétrica.

Dessa forma, a contratação pretendida visa atender ao interesse público, fortalecer os procedimentos de segurança patrimonial e pessoal, assegurar maior controle de acesso às dependências da Câmara Municipal e proporcionar melhores condições de proteção aos usuários e servidores da instituição.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A solução como um todo consiste na contratação de empresa enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada para fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), novo e sem uso, destinado ao controle de acesso e reforço da segurança institucional, compreendendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o fornecimento, transporte, entrega, montagem, operação, manutenção e suporte técnico até o descarte ambientalmente adequado ao final de sua vida útil.

A contratação contempla o fornecimento de equipamento de inspeção eletrônica de pessoas, com tecnologia de detecção metálica por múltiplas zonas



independentes, permitindo elevada precisão na identificação da localização de objetos metálicos transportados pelos usuários. O equipamento deverá possuir, no mínimo, 15 (quinze) zonas independentes e sobrepostas de detecção, garantindo maior eficiência operacional, redução de falhas e melhoria dos procedimentos de segurança e controle de entrada em ambientes institucionais.

A solução deverá incluir equipamento dotado de sistema de indicação visual e sonora simultânea, com colunas laterais em LED para identificação da região aproximada do corpo onde o objeto metálico foi detectado, além de alarme sonoro com volume ajustável. O equipamento deverá possuir sensibilidade configurável em múltiplos níveis, possibilitando adequação aos diferentes perfis de utilização e ambientes operacionais.

A contratada será responsável pelo fornecimento integral do equipamento, incluindo todos os acessórios necessários para montagem e fixação ao piso, manual do usuário em língua portuguesa e entrega do equipamento devidamente montado no local indicado pela contratante. A instalação elétrica definitiva e eventual fixação estrutural ao ambiente serão de responsabilidade da contratante.

A solução contempla ainda recursos de operação, monitoramento e gestão, incluindo display integrado para visualização de configurações e informações operacionais, botão liga/desliga incorporado ao equipamento, contador de eventos para registro mínimo de acessos e alarmes, além de interface de comunicação Ethernet (RJ-45), permitindo integração, monitoramento ou futura compatibilidade com sistemas institucionais de controle e gestão.

Quanto à continuidade operacional, o equipamento deverá possuir alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz) e bateria interna tipo nobreak, assegurando funcionamento contínuo durante interrupções no fornecimento de energia elétrica, com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos em operação normal, garantindo segurança e estabilidade operacional em situações emergenciais.

A estrutura física do portal deverá ser robusta e adequada ao uso contínuo em ambientes institucionais com fluxo constante de pessoas, observando dimensões



mínimas especificadas e acabamento predominante nas cores preta ou cinza, compatível com ambientes administrativos e de segurança.

Durante a fase de utilização, a solução deverá permitir operação simples e intuitiva pelos servidores designados, exigindo baixa complexidade operacional e reduzida necessidade de intervenções corretivas, contribuindo para maior eficiência administrativa, segurança patrimonial e proteção de usuários, servidores e visitantes.

No que se refere à manutenção do ciclo de vida do objeto, o equipamento deverá possuir características construtivas que favoreçam durabilidade, resistência mecânica e estabilidade operacional, minimizando custos de manutenção e ampliando sua vida útil. Eventuais peças, componentes e acessórios deverão possuir disponibilidade no mercado nacional, favorecendo futuras manutenções preventivas ou corretivas.

Ao final da vida útil do equipamento, o descarte deverá observar as normas ambientais aplicáveis aos resíduos eletroeletrônicos, priorizando práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem ou destinação final sustentável dos componentes, especialmente placas eletrônicas, baterias internas e materiais metálicos, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da contratação compreendem os critérios técnicos, operacionais, funcionais, administrativos e de sustentabilidade necessários para garantir o adequado atendimento da demanda institucional, conforme descrito a seguir:

##### **1. Requisitos técnicos do equipamento**

1.1. O equipamento deverá ser novo, sem uso, e fornecido em perfeitas condições de funcionamento.

1.2. O detector de metais deverá ser do tipo portal (pórtico), destinado ao controle de acesso de pessoas em ambientes institucionais.



- 1.3. O equipamento deverá possuir sistema de detecção com, no mínimo, 15 (quinze) zonas independentes e sobrepostas de detecção, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário.
- 1.4. O equipamento deverá possuir indicação visual da localização aproximada do objeto detectado, por meio de colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs.
- 1.5. O sistema deverá possuir sensibilidade ajustável em múltiplos níveis de configuração.
- 1.6. O equipamento deverá possuir alarme sonoro com volume ajustável, além de indicação visual e sonora simultânea de detecção.
- 1.7. O detector deverá possuir display integrado para visualização de informações operacionais e configurações.
- 1.8. O equipamento deverá possuir botão liga/desliga incorporado à estrutura.
- 1.9. O sistema deverá permitir controle e configuração acessíveis ao operador.
- 1.10. O equipamento deverá possuir contador de eventos integrado, com registro mínimo de acessos (passagens) e detecções (alarmes).
- 1.11. O detector deverá possuir interface de comunicação Ethernet (RJ-45).
- 1.12. O equipamento deverá possuir alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz).
- 1.13. O equipamento deverá possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos em operação normal em caso de interrupção de energia elétrica.
- 1.14. A estrutura deverá ser robusta e adequada para utilização contínua em ambientes institucionais.
- 1.15. O equipamento deverá possuir dimensões mínimas de:
  - a) largura: 84 cm;
  - b) altura: 2,02 m;
  - c) profundidade: 48,5 cm.
- 1.16. A cor predominante do equipamento deverá ser preta ou cinza.

## **2. Requisitos de fornecimento e entrega**





- 2.1. A contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para montagem e fixação do equipamento ao piso.
- 2.2. O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada no local indicado pela contratante.
- 2.3. A contratada deverá fornecer manual do usuário em língua portuguesa.
- 2.4. O transporte, acondicionamento e descarregamento do equipamento serão de responsabilidade da contratada.
- 2.5. O equipamento deverá ser entregue acompanhado de todos os cabos, conectores, componentes e acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento.

### **3. Requisitos de garantia e assistência**

- 3.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo.
- 3.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição ou reparo de componentes defeituosos sem ônus para a contratante.
- 3.3. Os serviços de garantia deverão ser prestados por assistência técnica autorizada ou pela própria contratada.

### **4. Requisitos operacionais**

- 4.1. O equipamento deverá permitir operação simples, segura e intuitiva.
- 4.2. O detector deverá operar continuamente sem prejuízo de desempenho em ambientes institucionais com fluxo frequente de pessoas.
- 4.3. O sistema deverá possuir estabilidade operacional e baixa incidência de falhas.

### **5. Requisitos de sustentabilidade**

- 5.1. O equipamento deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto à durabilidade, eficiência energética e possibilidade de descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil.
- 5.2. Os componentes eletrônicos, baterias e materiais metálicos deverão possuir destinação ambientalmente adequada, conforme legislação aplicável.

### **6. Requisitos administrativos**

- 6.1. A contratação deverá ser realizada exclusivamente com Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos da legislação vigente.







6.2. A contratada deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e habilitação jurídica exigidas para contratação com a Administração Pública.

6.3. O objeto deverá atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- e) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- f) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- g) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- h) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

### II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- g) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- h) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;







- i) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- j) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

### III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- c) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- d) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

II. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

n. **O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega é imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de fornecimento (A.F.). Os itens devem ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema/MG.**





- o. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
- p. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.
- q. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.
- r. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- s. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- t. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- u. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e





quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.

v. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

w. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

x. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

y. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO**

a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- g. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- ii. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- iii. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.





- iv. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
- v. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
  - h. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
  - i. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
    - i. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
  - i. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
  - ii. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
  - iii. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos







indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

iv. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

j. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

k. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

l. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

m. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

n. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

g) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;







- h) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;
- i) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- j) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- k) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- l) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue nas condições estabelecidas.
- 7.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
- 7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



## Liquidação

7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.5 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que





implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

### **Prazo de pagamento**

7.13 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

### **Forma de pagamento**

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.





7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.19 Não será admitida a antecipação de pagamento.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço unitário**.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	<b>Contratação Exclusiva de ME, EPP OU Equiparadas para fornecimento de um DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).</b> Características técnicas mínimas obrigatórias:	01 (uma) peça	R\$ 24.621,32





<p><b>Sistema de detecção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>• Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>• Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>• Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <p><b>Alarmes e sinalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>• Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <p><b>Interface e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>• Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>• Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul> <p><b>Monitoramento e gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ acessos (passagens);</li><li>◦ detecções (alarmes);</li></ul></li><li>• Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <p><b>Alimentação e autonomia</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>• Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>• Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <p><b>Estrutura e dimensões</b></p>		
---	--	--





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Largura: 84 cm</li><li>◦ Altura: 2,02 m</li><li>◦ Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>• Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <p><b>Acessórios e instalação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>• Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>• O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>• A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> <p>Equipamento novo, sem uso</p>		
--	--	--	--

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato para esse objeto específico.

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado **“Análise Crítica dos Dados Coletados”**.

## 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

**Dotação:61**

**Ficha: 4.4.90.52.12**

**Resumo: EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO**







## 11. JUSTIFICATIVAS

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das medidas de segurança e controle de acesso nas dependências da Câmara Municipal de Extrema, considerando o fluxo contínuo de servidores, vereadores, prestadores de serviços, autoridades, visitantes e munícipes que frequentam diariamente o ambiente institucional.

O Poder Legislativo Municipal realiza sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, reuniões institucionais e diversos atendimentos à população, atividades que demandam ambiente seguro, organizado e compatível com os princípios da proteção institucional e da preservação da integridade física das pessoas. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de mecanismos preventivos de segurança capazes de auxiliar na identificação de objetos metálicos potencialmente perigosos, reduzindo riscos relacionados à entrada de armas, instrumentos perfurocortantes ou outros materiais que possam comprometer a segurança dos usuários e do patrimônio público.

A utilização de detector de metais tipo portal (pórtico) representa solução tecnicamente adequada para o controle preventivo de acesso em ambientes públicos institucionais, por permitir inspeção não invasiva, rápida e eficiente, sem causar prejuízo significativo ao fluxo de entrada de pessoas. Além disso, a tecnologia proporciona maior padronização dos procedimentos de segurança, contribuindo para a redução de falhas humanas e para o aumento da capacidade de monitoramento e prevenção.

As especificações técnicas mínimas exigidas foram definidas com base na necessidade de obtenção de equipamento confiável, preciso e compatível com a rotina operacional da Câmara Municipal. A exigência de sistema com múltiplas zonas independentes de detecção permite identificar com maior exatidão a localização do objeto metálico no corpo do usuário, reduzindo abordagens desnecessárias e proporcionando maior eficiência operacional. Da mesma forma, os sistemas de sinalização visual em LEDs, alarmes sonoros ajustáveis e contador de acessos e





detecções contribuem para melhor monitoramento e gerenciamento do fluxo de pessoas.

A previsão de alimentação bivolt automática e bateria interna tipo nobreak com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos busca assegurar continuidade operacional mesmo em situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica, evitando descontinuidade das atividades de controle de acesso e preservando a segurança institucional.

A estrutura robusta e adequada ao uso contínuo em ambientes institucionais também constitui requisito indispensável, considerando a utilização frequente do equipamento e a necessidade de durabilidade, estabilidade e confiabilidade operacional.

Inicialmente, foi avaliada pela Administração a possibilidade de aquisição de três unidades do equipamento, sendo duas destinadas à sede da Câmara Municipal e uma à Casa do Cidadão. Entretanto, após análise de conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento gradual da implantação do sistema de controle de acesso, optou-se pela aquisição inicial de apenas uma unidade, permitindo implementação progressiva da solução sem comprometimento da eficiência administrativa e da responsabilidade fiscal.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se tecnicamente necessária, adequada e proporcional às demandas institucionais da Câmara Municipal, atendendo ao interesse público ao promover maior segurança, prevenção de riscos e melhoria das condições de controle de acesso às dependências do Poder Legislativo Municipal.

A contratação pretendida apresenta viabilidade econômica e atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na legislação aplicável às contratações públicas, considerando a necessidade de fortalecimento da segurança institucional da Câmara Municipal de Extrema.

A aquisição de detector de metais tipo portal (pórtico) constitui investimento preventivo voltado à redução de riscos relacionados à entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos nas dependências do Poder Legislativo Municipal. A adoção de mecanismo de controle de acesso contribui para minimizar a ocorrência de





incidentes que possam gerar danos ao patrimônio público, interrupções das atividades legislativas, riscos à integridade física de servidores, vereadores e munícipes, bem como eventuais custos decorrentes de situações de emergência ou de reparação de danos materiais e institucionais.

A solução escolhida mostra-se economicamente mais vantajosa em comparação à adoção de medidas permanentes de segurança baseadas exclusivamente em recursos humanos, uma vez que o equipamento permite fiscalização contínua, padronizada e automatizada, reduzindo a necessidade de ampliação de equipes para controle manual de acesso. Além disso, a utilização de equipamento eletrônico de inspeção proporciona maior eficiência operacional, melhor controle do fluxo de pessoas e redução de falhas decorrentes de processos exclusivamente manuais.

Inicialmente, a Administração avaliou a aquisição de três unidades do equipamento, sendo duas destinadas à sede da Câmara Municipal e uma à Casa do Cidadão. Contudo, considerando critérios de planejamento orçamentário, responsabilidade fiscal e implementação gradual do sistema de segurança institucional, optou-se pela aquisição inicial de apenas uma unidade. A medida permite atender às necessidades prioritárias da Câmara Municipal neste primeiro momento, sem comprometer o equilíbrio financeiro e orçamentário da Administração Pública.

A contratação exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas também favorece a ampliação da competitividade e o incentivo à participação de pequenos fornecedores, em conformidade com a legislação vigente, podendo contribuir para obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

As especificações técnicas mínimas exigidas foram definidas de forma a assegurar equilíbrio entre qualidade, durabilidade, desempenho e custo-benefício, evitando tanto a aquisição de equipamentos insuficientes para a necessidade institucional quanto a exigência de características excessivamente restritivas que possam limitar a competitividade do certame ou elevar desnecessariamente os custos da contratação.



Além disso, a exigência de equipamento novo, em linha de fabricação e adequado ao uso contínuo em ambiente institucional, contribui para redução de despesas futuras com manutenção corretiva, substituições prematuras e paralisações operacionais, aumentando a vida útil do investimento público realizado.

Dessa forma, a contratação apresenta justificativa econômica compatível com as necessidades da Câmara Municipal, demonstrando-se medida financeiramente razoável, proporcional e alinhada aos princípios da eficiência administrativa, da economicidade e da adequada aplicação dos recursos públicos.

A exigência dos documentos de habilitação para o presente processo será a estritamente necessária, em observância aos princípios da competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação visa ao fornecimento de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico), equipamento de natureza comum, amplamente comercializado no mercado nacional, destinado ao controle de acesso e reforço da segurança institucional. As especificações técnicas mínimas estabelecidas buscam garantir eficiência operacional, confiabilidade, durabilidade e adequado desempenho do equipamento, sem restringir indevidamente a participação de fornecedores aptos.

A opção pela participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas fundamenta-se no tratamento favorecido previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, ampliando a competitividade e incentivando a participação de pequenos negócios nas contratações públicas, sem prejuízo da qualidade e da eficiência da aquisição pretendida.

As exigências técnicas relativas ao mínimo de 15 zonas independentes de detecção, identificação precisa do objeto metálico, sinalização visual em LED, alarmes sonoros e visuais, display integrado, contador de eventos, comunicação Ethernet, alimentação bivolt com bateria interna tipo nobreak e autonomia mínima de 60 minutos, bem como estrutura robusta para uso contínuo, justificam-se pela necessidade de garantir maior precisão na detecção, segurança operacional,



continuidade do funcionamento em caso de falha de energia e compatibilidade com ambientes institucionais de circulação contínua de pessoas.

A exigência de fornecimento do equipamento novo, sem uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e acessórios necessários para montagem, decorre da necessidade de assegurar vida útil adequada, suporte operacional mínimo e correta utilização do equipamento pela Administração. Já a responsabilidade da contratada pela entrega montada, ficando a fixação definitiva e instalação elétrica sob responsabilidade da contratante, visa delimitar objetivamente as obrigações de cada parte, evitando conflitos na execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que as exigências de habilitação e especificações técnicas definidas no presente processo são compatíveis com o objeto pretendido, estritamente necessárias ao atendimento do interesse público e suficientes para garantir a execução adequada da contratação, sem impor restrições excessivas à competitividade do certame.

A presente contratação atende ao interesse público por se tratar de aquisição destinada ao fortalecimento das condições de segurança institucional, controle de acesso e proteção das pessoas que circulam nas dependências da Administração Pública. O detector de metais tipo portal (pórtico) permitirá maior eficiência na prevenção da entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos, contribuindo para a preservação da integridade física de servidores, colaboradores, usuários e visitantes.

A utilização do equipamento também proporcionará maior capacidade de monitoramento e controle em ambientes de circulação contínua, reduzindo riscos relacionados à segurança patrimonial e pessoal, além de reforçar as medidas preventivas adotadas pela Administração. A exigência de tecnologia com múltiplas zonas independentes de detecção e identificação precisa do objeto metálico possibilita atuação mais rápida e eficaz dos responsáveis pelo controle de acesso, aumentando a confiabilidade dos procedimentos de fiscalização e triagem.

Além disso, a aquisição de equipamento novo, robusto e adequado para funcionamento contínuo assegura maior durabilidade, menor risco de interrupções e







melhor custo-benefício para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, pois visa garantir maior segurança institucional, proteção coletiva e melhoria das condições de controle e prevenção nas dependências da contratante.

A presente contratação atende ao interesse público por se tratar de aquisição destinada ao fortalecimento das condições de segurança institucional, controle de acesso e proteção das pessoas que circulam nas dependências da Administração Pública. O detector de metais tipo portal (pórtico) permitirá maior eficiência na prevenção da entrada de objetos metálicos potencialmente perigosos, contribuindo para a preservação da integridade física de servidores, colaboradores, usuários e visitantes.

A utilização do equipamento também proporcionará maior capacidade de monitoramento e controle em ambientes de circulação contínua, reduzindo riscos relacionados à segurança patrimonial e pessoal, além de reforçar as medidas preventivas adotadas pela Administração. A exigência de tecnologia com múltiplas zonas independentes de detecção e identificação precisa do objeto metálico possibilita atuação mais rápida e eficaz dos responsáveis pelo controle de acesso, aumentando a confiabilidade dos procedimentos de fiscalização e triagem.

Além disso, a aquisição de equipamento novo, robusto e adequado para funcionamento contínuo assegura maior durabilidade, menor risco de interrupções e melhor custo-benefício para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, pois visa garantir maior segurança institucional, proteção coletiva e melhoria das condições de controle e prevenção nas dependências da contratante.

A presente contratação faz-se necessária em razão da necessidade de reforço das medidas de segurança e controle de acesso nas dependências da Administração Pública, visando garantir maior proteção aos servidores, colaboradores, usuários e visitantes que circulam diariamente no ambiente institucional.





A ausência de equipamento adequado para inspeção preventiva de pessoas compromete a eficiência dos procedimentos de controle de entrada e aumenta os riscos relacionados ao ingresso de objetos metálicos potencialmente perigosos, podendo ocasionar situações que coloquem em risco a integridade física das pessoas, o patrimônio público e a regularidade das atividades desenvolvidas no local.

Nesse contexto, a aquisição de 01 (um) detector de metais tipo portal (pórtico) mostra-se necessária para proporcionar maior eficiência na identificação de objetos metálicos, permitindo ações preventivas e maior controle no fluxo de acesso às instalações da contratante. O equipamento possibilitará procedimentos de fiscalização mais seguros, ágeis e precisos, contribuindo para a melhoria das condições de segurança institucional e redução de vulnerabilidades.

A contratação também se justifica pela necessidade de utilização de equipamento moderno, com funcionamento contínuo, capacidade de detecção precisa, sinalização visual e sonora, sistema de monitoramento e autonomia em caso de interrupção de energia elétrica, características indispensáveis para assegurar confiabilidade operacional e continuidade do serviço.

Dessa forma, a contratação atende à necessidade administrativa existente, sendo medida necessária, adequada e compatível com os objetivos de proteção, prevenção e fortalecimento da segurança institucional.

A quantidade estimada para a presente contratação corresponde a 01 (uma) unidade de detector de metais tipo portal (pórtico), considerando a necessidade atual da Administração e a finalidade específica de utilização do equipamento no ponto de controle de acesso definido pela contratante.

A definição da quantidade foi realizada com base na demanda operacional existente, observando-se o fluxo de entrada de pessoas, a estrutura física disponível e a necessidade de implantação de procedimento de inspeção preventiva em local estratégico das dependências institucionais.

A aquisição de apenas uma unidade mostra-se suficiente para atender, neste momento, às necessidades do órgão, garantindo o controle adequado de acesso sem





gerar aquisição excessiva ou desperdício de recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento das contratações públicas.

Além disso, a contratação da quantidade estritamente necessária evita custos desnecessários com aquisição, manutenção e operação de equipamentos excedentes, assegurando compatibilidade entre a solução adotada e a real necessidade administrativa identificada.

Dessa forma, a quantidade prevista revela-se adequada, proporcional e suficiente para atendimento da demanda institucional atualmente existente.

A participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas na presente contratação fundamenta-se nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os quais estabelecem tratamento diferenciado e favorecido às pequenas empresas nas contratações públicas, visando promover o desenvolvimento econômico e social, incentivar a geração de emprego e renda e ampliar a participação desse segmento no mercado governamental.

O objeto da contratação possui natureza comum, baixo grau de complexidade e valor compatível com os limites legais aplicáveis à participação exclusiva, não havendo impedimentos técnicos ou operacionais que inviabilizem a execução por empresas enquadradas como ME/EPP ou equiparadas.

Além disso, verifica-se a existência de fornecedores enquadrados nesse segmento com capacidade de atendimento às especificações técnicas exigidas, preservando-se a competitividade do certame e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a adoção da exclusividade mostra-se adequada e compatível com a legislação vigente, sem prejuízo da qualidade da contratação ou da ampla concorrência entre os participantes aptos ao fornecimento do objeto.

O não parcelamento do objeto justifica-se em razão da natureza indivisível da solução pretendida, considerando que o fornecimento do detector de metais tipo portal (pórtico) compreende equipamento único, integrado e funcional, cujos componentes e características operacionais devem possuir compatibilidade técnica e funcionamento conjunto adequado.



A eventual divisão do objeto poderia comprometer a padronização, a responsabilidade pela garantia, a compatibilidade entre componentes e a eficiência operacional do equipamento, além de aumentar os riscos de falhas, conflitos de responsabilidade entre fornecedores e dificuldades na execução contratual.

Ademais, o parcelamento não se mostra técnica nem economicamente vantajoso para a Administração, uma vez que a contratação integrada do equipamento proporciona maior eficiência logística, simplificação da gestão contratual e melhor controle sobre a entrega e funcionamento da solução adquirida.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo melhor execução contratual e pleno atendimento da necessidade administrativa identificada.

A proibição da subcontratação do objeto justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua capacidade técnica, operacional e responsabilidade direta pela execução integral do fornecimento do equipamento, conforme as especificações técnicas estabelecidas no processo de contratação. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de equipamento de segurança institucional com características técnicas específicas, a execução direta pela contratada assegura maior controle da Administração quanto à qualidade do produto, cumprimento dos prazos, garantia, procedência e responsabilidade contratual.

A admissão de subcontratação poderia dificultar a fiscalização da execução contratual, gerar conflitos de responsabilidade entre empresas envolvidas e comprometer a confiabilidade do fornecimento, especialmente quanto à assistência técnica, garantia e conformidade do equipamento entregue.

Dessa forma, a proibição da subcontratação mostra-se necessária e adequada para assegurar eficiência administrativa, segurança contratual e pleno atendimento do interesse público.

A proibição da triangulação justifica-se pela necessidade de assegurar transparência, rastreabilidade e responsabilidade direta da empresa contratada no fornecimento do objeto.





A triangulação comercial pode dificultar a identificação da origem do equipamento, comprometer a fiscalização contratual e gerar riscos relacionados à procedência, autenticidade, garantia e suporte técnico do produto fornecido à Administração Pública. Além disso, a intermediação indevida entre fornecedores pode ocasionar aumento injustificado de custos, atraso na entrega, conflitos de responsabilidade contratual e dificuldades na aplicação de penalidades em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

Ao exigir que o fornecimento seja realizado diretamente pela empresa contratada, a Administração busca assegurar maior controle sobre a execução contratual, qualidade do equipamento adquirido e segurança jurídica da contratação, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

#### **DIRETORIA GERAL**

Extrema, MG, 11 de maio de 2026.

---

KARINA VIEIRA BONALDO  
GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### **DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

---

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA  
PRESIDENTE





## ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	GARANTIA (MESES)	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	<p><b>Contratação Exclusiva de ME, EPP OU Equiparadas para fornecimento de um DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).</b> Características técnicas mínimas obrigatórias:</p> <p><b>Sistema de detecção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>• Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>• Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>• Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <p><b>Alarmes e sinalização</b></p>	01 (uma) peça			





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>• Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <b>Interface e controle</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>• Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>• Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul> <b>Monitoramento e gestão</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ acessos (passagens);</li><li>◦ detecções (alarmes);</li></ul></li><li>• Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <b>Alimentação e autonomia</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>• Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>• Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <b>Estrutura e dimensões</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Largura: 84 cm</li><li>◦ Altura: 2,02 m</li><li>◦ Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>• Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <b>Acessórios e instalação</b>				
--	--	--	--	--	--







	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>• Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>• O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>• A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> Equipamento novo, sem uso				
--	--	--	--	--	--

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Indicação da forma de pagamento:**

BOLETO ( )	DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( )	
	BANCO	
	AGÊNCIA	





CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



	Nº DA CONTA	
	FAVORECIDO	

Assinatura do Responsável



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626  
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



[camaraextrema.mg.gov.br](http://camaraextrema.mg.gov.br)



## ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).

- ✓ A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para aquisição de detector de metais tipo pórtico. Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Foram encaminhados, por meio eletrônico, pedidos de cotação de preços. Os fornecedores foram selecionados por constarem na base de dados da Câmara Municipal de Extrema ou por já terem fornecido anteriormente ao órgão, atendendo plenamente à logística requerida pela Administração, não havendo, até o momento, qualquer fato que os desabone.
- ✓ Adicionalmente, foi realizada pesquisa na internet com o objetivo de identificar outros prestadores de serviço do mesmo ramo que atuam na região ou que já forneceram para outros órgãos públicos, de forma a ampliar as referências de mercado e assegurar maior precisão e competitividade na pesquisa de preços.
- ✓ As empresas STAR SEG COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA LTDA, H GONÇALVES DA S VENDAS e SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA responderam o pedido de cotação.
- ✓ Realizou-se duas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

1ª Pesquisa:

Contratação	Órgão	ID de Contratação
Ato que autoriza a Contratação Direta nº 127/2025	ESP do Município de Caiuá – SP	96291141000180-1-007065/2025

2ª Pesquisa:

Contratação	Órgão	ID de Contratação
Aviso de Contratação Direta nº 67/2025	Comando do Exército do Rio de Janeiro – RJ	00394452000103-1-023122/2025

- ✓ A ferramenta para pesquisa de preços do Banco de Preços do Tribunal de Contas de Minas Gerais, destinada a promover a transparência e o controle dos preços praticados nas contratações públicas, conforme previsto no Manual de Procedimentos Licitatórios e Contratações do TCE-MG está temporariamente desativada.
- ✓ Visando ampliar o levantamento de referências de mercado e permitir identificar valores atualizados, competitivos e praticados em âmbito nacional, foram feitas uma complementação das amostras com consulta aos seguintes sites:
  - [www.radd.com.br](http://www.radd.com.br)





- ✓ Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	<p><b>Contratação Exclusiva de ME, EPP OU Equiparadas para fornecimento de um DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).</b> Características técnicas mínimas obrigatórias:</p> <p><b>Sistema de detecção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>• Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>• Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>• Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <p><b>Alarmes e sinalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>• Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <p><b>Interface e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>• Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>• Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul> <p><b>Monitoramento e gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>○ acessos (passagens);</li><li>○ detecções (alarmes);</li></ul></li></ul>	01 (uma) peça	R\$ 24.621,32





	<ul style="list-style-type: none"><li>Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <b>Alimentação e autonomia</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <b>Estrutura e dimensões</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>Largura: 84 cm</li><li>Altura: 2,02 m</li><li>Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <b>Acessórios e instalação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> Equipamento novo, sem uso		
--	--	--	--

**Observação:** para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.





## ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

### **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE 01(UM) DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	51/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.	07/2026
EDITAL Nº.	07/2026
CONTRATO Nº.	XXX/2026
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	24/03/2025
NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90008

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA XXX REFERENTE CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE 01(UM) DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:







## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS / DO QUANTITATIVO

**1.1 Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de 01(um) detector de metais tipo portal (pórtico), com características técnicas mínimas obrigatórias consistindo em sistema de detecção com mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário, capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual, sensibilidade ajustável com múltiplos níveis de configuração, e colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado; alarmes e sinalização com alarme sonoro com volume ajustável e indicação visual e sonora simultânea de detecção; interface e controle com equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações, botão liga/desliga incorporado ao equipamento e sistema de controle e configuração acessível ao operador; monitoramento e gestão com contador de eventos integrado, com registro mínimo de acessos (passagens) e detecções (alarmes), além de interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45); alimentação e autonomia com alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz), devendo o equipamento possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia, com autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal; estrutura e dimensões com estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais, dimensões mínimas de largura de 84 cm, altura de 2,02 m e profundidade de 48,5 cm, e cor predominante preto ou cinza; acessórios e instalação com fornecimento de todos os acessórios necessários para fixação ao piso, fornecimento de manual do usuário em língua portuguesa, entrega do equipamento montado pela contratada, sendo a fixação definitiva e instalação elétrica de responsabilidade da contratante; equipamento novo, sem uso.





## 1.2 Percentual com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo: 100%.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.

2.2 **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

2.3 **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

2.4 **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.





### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.**

3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, EDITAL nº XX/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.

3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

### **CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/DA VISITA TÉCNICA**

I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.





- a) O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega é imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de fornecimento (A.F.). Os itens devem ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema/MG.
- b) Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
- c) O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.
- d) Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.
- e) O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- f) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.





- g) Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- h) Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- i) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- j) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- k) Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- l) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.







## II. DA VISITA TÉCNICA E DA RESPONSABILIDADE

A Contratada declara que, previamente à assinatura do contrato, avaliou de forma suficiente as condições necessárias ao fornecimento do objeto, seja por meio de realização de visita técnica, seja com base nas informações constantes do edital e de seus anexos.

a. Na hipótese de ter realizado visita técnica, a Contratada reconhece que tomou pleno conhecimento das condições locais, características do ambiente e demais fatores que possam influenciar na execução contratual, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela adequada execução do objeto. Na hipótese de não ter realizado visita técnica, a Contratada declara-se igualmente ciente e plenamente informada sobre as condições de execução, assumindo integral responsabilidade por sua proposta, não podendo alegar, em qualquer tempo, desconhecimento de condições locais ou insuficiência de informações.

b. Em qualquer das hipóteses, a realização ou não da visita técnica não poderá ser invocada como justificativa para:

I. descumprimento de obrigações contratuais;

II. solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legais;

III. alteração de prazos por motivos previsíveis;

IV. revisão contratual fundada em alegação de desconhecimento das condições de execução.

c. A responsabilidade pela correta avaliação dos serviços, dos meios necessários, dos custos envolvidos e das condições de execução é exclusiva da Contratada.

## 5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:







ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	GARANTIA (MESES)	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	<p><b>Contratação Exclusiva de ME, EPP OU Equiparadas para fornecimento de um DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL (PÓRTICO).</b> Características técnicas mínimas obrigatórias:</p> <p><b>Sistema de detecção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mínimo de 15 zonas independentes de detecção, sobrepostas, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário;</li><li>• Capacidade de localização exata do objeto metálico por meio de indicação visual;</li><li>• Sensibilidade ajustável, com múltiplos níveis de configuração;</li><li>• Colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs, indicando a região e intensidade aproximada do objeto detectado;</li></ul> <p><b>Alarmes e sinalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alarme sonoro com volume ajustável;</li><li>• Indicação visual e sonora simultânea de detecção;</li></ul> <p><b>Interface e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento dotado de display integrado para visualização de informações e configurações;</li><li>• Botão liga/desliga incorporado ao equipamento;</li><li>• Sistema de controle e configuração acessível ao operador;</li></ul> <p><b>Monitoramento e gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contador de eventos integrado, com registro mínimo de:</li></ul>	01 (uma) peça			





	<ul style="list-style-type: none"><li>○ acessos (passagens);</li><li>○ detecções (alarmes);</li><li>• Interface de comunicação com conexão Ethernet (RJ-45);</li></ul> <p><b>Alimentação e autonomia</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz);</li><li>• Equipamento deve possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo funcionamento contínuo em caso de falha de energia;</li><li>• Autonomia mínima da bateria de 60 (sessenta) minutos em operação normal;</li></ul> <p><b>Estrutura e dimensões</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura robusta, adequada para uso contínuo em ambientes institucionais;</li><li>• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Largura: 84 cm</li><li>○ Altura: 2,02 m</li><li>○ Profundidade: 48,5 cm</li></ul></li><li>• Cor predominante: preto ou cinza;</li></ul> <p><b>Acessórios e instalação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar todos os acessórios necessários para fixação ao piso;</li><li>• Deve ser fornecido com manual do usuário em língua portuguesa;</li><li>• O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada;</li><li>• A fixação definitiva e instalação elétrica serão de responsabilidade da contratante;</li></ul> <p>Equipamento novo, sem uso</p>				
--	--	--	--	--	--





5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso).

## **6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).**

### **Recebimento**

6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.

6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **Liquidação**

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.





6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- f) a data da emissão;
- g) os dados do contrato e do órgão contratante;
- h) o período respectivo de execução do contrato;
- i) o valor a pagar; e
- j) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

#### **Forma de pagamento**

6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

### **7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.**

7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de



documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

**8.1 Vigência:** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. Vigência inicial contada da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, no caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento. A garantia ofertada na proposta não se extingue com esse contrato.

**8.2 Renovação:** O contrato não será renovado.

**8.3 Do reajustamento:** Não se aplica.

## **9 CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;







- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados





conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.**





10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

**Dotação:**61

**Ficha:** 4.4.90.52.12

**Resumo:** EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO

## 11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

Os requisitos da contratação compreendem os critérios técnicos, operacionais, funcionais, administrativos e de sustentabilidade necessários para garantir o adequado atendimento da demanda institucional, conforme descrito a seguir: o equipamento deverá ser novo, sem uso, e fornecido em perfeitas condições de funcionamento. O detector de metais deverá ser do tipo portal (pórtico), destinado ao controle de acesso de pessoas em ambientes institucionais. O equipamento deverá possuir sistema de detecção com, no mínimo, 15 (quinze) zonas independentes e sobrepostas de detecção, permitindo identificação precisa da localização do objeto metálico no corpo do usuário. O equipamento deverá possuir indicação visual da localização aproximada do objeto detectado, por meio de colunas laterais com sinalização luminosa em LEDs. O sistema deverá possuir sensibilidade ajustável em múltiplos níveis de configuração. O equipamento deverá possuir alarme sonoro com volume ajustável, além de indicação visual e sonora simultânea de detecção. O detector deverá possuir display integrado para visualização de informações operacionais e configurações. O equipamento deverá possuir botão liga/desliga incorporado à estrutura. O sistema deverá permitir controle e configuração acessíveis ao operador. O equipamento deverá possuir contador de eventos integrado, com registro mínimo de acessos (passagens) e detecções (alarmes). O detector deverá possuir interface de comunicação Ethernet (RJ-45). O equipamento deverá possuir alimentação elétrica bivolt automático (110/220V – 50/60 Hz). O equipamento deverá possuir bateria interna tipo nobreak, garantindo autonomia mínima de 60 (sessenta)





minutos em operação normal em caso de interrupção de energia elétrica. A estrutura deverá ser robusta e adequada para utilização contínua em ambientes institucionais. O equipamento deverá possuir dimensões mínimas de largura: 84 cm; altura: 2,02 m; profundidade: 48,5 cm. A cor predominante do equipamento deverá ser preta ou cinza. Quanto aos requisitos de fornecimento e entrega, a contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para montagem e fixação do equipamento ao piso. O equipamento deverá ser entregue montado pela contratada no local indicado pela contratante. A contratada deverá fornecer manual do usuário em língua portuguesa. O transporte, acondicionamento e descarregamento do equipamento serão de responsabilidade da contratada. O equipamento deverá ser entregue acompanhado de todos os cabos, conectores, componentes e acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento.

No que se refere aos requisitos de garantia e assistência, o equipamento deverá possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo. Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição ou reparo de componentes defeituosos sem ônus para a contratante. Os serviços de garantia deverão ser prestados por assistência técnica autorizada ou pela própria contratada.

Em relação aos requisitos operacionais, o equipamento deverá permitir operação simples, segura e intuitiva. O detector deverá operar continuamente sem prejuízo de desempenho em ambientes institucionais com fluxo frequente de pessoas. O sistema deverá possuir estabilidade operacional e baixa incidência de falhas. Quanto aos requisitos de sustentabilidade, o equipamento deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto à durabilidade, eficiência energética e possibilidade de descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil. Os componentes eletrônicos, baterias e materiais metálicos deverão possuir destinação ambientalmente adequada, conforme legislação aplicável.

Por fim, quanto aos requisitos administrativos, a contratação deverá ser realizada exclusivamente com Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos da legislação vigente. A contratada deverá comprovar







regularidade fiscal, trabalhista e habilitação jurídica exigidas para contratação com a Administração Pública. O objeto deverá atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

## **12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.**

12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.

12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.

12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.

12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.

12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.

12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento.





Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.

12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.

12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.

12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.

12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.

### **13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.**



13. Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até quinze dias úteis.

#### **14. CLÁUSULA CATORZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

14.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

14.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, o prazo mínimo será de doze meses para todos os efeitos, da data de emissão da nota fiscal.

#### **15. CLÁUSULA QUINZE – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

15.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO será de doze meses contados da data de emissão da nota fiscal.

15.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.



15.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

15.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

15.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

15.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

## **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.**

### **16.1 São obrigações do CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;





- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até quinze dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **16.2 São obrigações do CONTRATADO:**

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando, obrigatoriamente, a devida comprovação documental do motivo alegado;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.







- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
  - II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;







III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

#### **17.CLÁUSULA DEZESSETE – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.**

17.1 Não se aplica.

#### **18.CLÁUSULA DEZOITO – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.**

18.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.



**19.CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.**

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**20.CLÁUSULA VINTE – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

20.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

20.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

20.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

20.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

20.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

20.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

20.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

20.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

20.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço,



do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

20.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

20.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

20.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

20.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

20.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

20.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio



técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

20.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.





## 21. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

21.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.

21.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

21.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

21.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

21.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.4.3 Indenizações e multas.







## 22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

22.1 **Vigência:** A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026; contados da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

22.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.

## 23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

23.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.





## **24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO PREPOSTO.**

24.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

## **25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DAS ALTERAÇÕES.**

25.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO.**

26.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **27. CLÁUSULA VINTE E SETE – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.**





27.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:

a. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

## 28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO.

28.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Extrema (MG), XX de XX de 2026.

### **Signatários**

XXX Presidente Câmara Municipal de Extrema <b>CONTRATANTE</b>	XXX XXX <b>CONTRATADA</b>
<b><u>Testemunhas</u></b>	





01.Nome/Assinatura/CPF
02.Nome/Assinatura/CPF

